



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 05/09/2025. Publicação: 09/09/2025. Nº 169/2025.

ISSN 2764-8060

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio do Promotor de Justiça signatário, respondendo por esta Promotoria de Justiça de Dom Pedro/MA, com atribuição na Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a relevância e magnitude das atribuições conferidas ao Ministério Público no tocante à defesa do patrimônio público, por força do art. 129, III da Constituição da República e das disposições da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é a instituição que tem a função constitucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais, além de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 3º da Resolução CNMP nº 174/2017, a Notícia de Fato deve ser convertida em procedimento próprio, quando do advento de 30 (trinta) dias, prorrogado por 90 (noventa) dias, fundamentadamente, sem que tenham sido concluídas as investigações;

CONSIDERANDO que a Notícia de Fato nº 000698-509/2025 foi instaurada a partir da denúncia encaminhada pelo Ouvidoria do Ministério Público sob o nº 36613.01.2025 com o intuito de apurar denúncia da existência de possíveis irregularidades na nomeação de servidores públicos no município de Gonçalves Dias – MA nos anos de 2016, 2018, 2019 e 2021, sendo que o último concurso público realizado pela administração municipal tenha sido realizado no ano de 2007;

CONSIDERANDO que o prazo da Notícia de Fato nº 000698-509/2025, atuada em 17 de março de 2025, se esgotou dia 12/03/2025, não havendo mais possibilidade de prorrogação e que conforme art. 7º da Resolução nº 174/2017, uma vez vencido o prazo da Notícia de Fato, caso o membro do Ministério Público verifique que a demanda ainda não foi solucionada, deverá instaurar o procedimento próprio;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 8º, inciso IV da Resolução CNMP nº 174/2017, o procedimento administrativo é instrumento próprio da atividade-fim do Ministério Público destinado a embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público velar pela aplicação efetiva das leis, mormente da Constituição Federal, assim como a fiscalização da probidade administrativa e dos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade;

RESOLVE: Instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, na forma do art. 3º, V do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014 - GPGJ/CGMP, a fim de apurar denúncia da existência de possíveis irregularidades na nomeação de servidores públicos no município de Gonçalves Dias – MA nos anos de 2016, 2018, 2019 e 2021, sendo que o último concurso público realizado pela administração municipal tenha sido realizado no ano de 2007.

DETERMINANDO, desde já, as seguintes diligências:

1. Autue-se a presente Portaria juntamente com os documentos que originaram sua instauração, e registre-se em livro próprio desta Promotoria de Justiça;
2. Nomear Márcia Natália Rocha dos Santos, Técnica Ministerial Administrativo, para secretariar os trabalhos;
3. Encaminhe-se para a Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça para efeitos de publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão;
4. Oficie-se o Município de Gonçalves Dias/MA, recomendando que seja procedido novo seletivo ou concurso público para o cargo de agente comunitário de saúde – ACS, com fim de regularizar a situação, visto que o processo seletivo realizado anteriormente já se encontra vencido, pois o mesmo só possuía prazo de validade de 02 (dois) anos, prorrogado uma única vez pelo mesmo tempo.

Cumpra-se.

Dom Pedro/MA, data do sistema.

Wladimir Soares de Oliveira  
Promotor de Justiça.

Documento assinado eletronicamente, através de Certificado Digital, por WLADEMIR SOARES DE OLIVEIRA, Promotor de Justiça, respondendo, em 04/09/2025, às 21:08, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

Nº de Série do Certificado Digital: 54878c70d5e642cbb5ca1453c220401

GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS

## Recomendação nº 10002/2025 - PJGEB

Ref. ao Procedimento Administrativo Nº 000360-056/2025

OBJETO: Recomenda ao Prefeito Municipal de Senador Alexandre Costa a adoção das providências necessárias à regularização e implementação de medidas de capacitação, treinamento, aparelhamento e uso de arma de fogo pela Guarda Municipal, em conformidade com a Lei Federal nº 13.022/2014 e a Lei Municipal nº 199/2023.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por seu Promotor de Justiça signatário, no exercício das atribuições conferidas pelos artigos 127, caput, 129, incisos III, VI e IX, da Constituição Federal, art. 6º, inciso XX da Lei Complementar Federal nº 75/93, artigos 1º e 25, inciso IV, alínea "a", da Lei Federal nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – LONMP), e demais dispositivos pertinentes à espécie;



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 05/09/2025. Publicação: 09/09/2025. Nº 169/2025.

ISSN 2764-8060

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme o artigo 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 37, exige que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais) e a Lei Municipal nº 199/2023 dispõem sobre a estruturação da Guarda Municipal de Senador Alexandre Costa/MA, estabelecendo suas atribuições e requisitos para o exercício da função;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 199/2023, em seu artigo 14, estabelece a necessidade de cursos de aperfeiçoamento profissional, qualificação e treinamento para o exercício das atribuições do cargo de Guarda Municipal, incluindo cursos anuais para a renovação do porte de arma institucional;

CONSIDERANDO que a mesma Lei, em seus artigos 2º e 4º, prevê a necessidade de a corporação ser aparelhada e equipada para exercer o poder de polícia administrativa municipal e as demais incumbências;

CONSIDERANDO que a mesma Lei, em seu artigo 2º, §1º, autoriza o Chefe do Poder Executivo a aparelhar a Guarda Civil Municipal, observando as exigências expressas em leis e em convênios com os demais órgãos de segurança pública;

CONSIDERANDO que o porte de arma de fogo é uma prerrogativa que demanda rigoroso cumprimento de requisitos técnicos, psicológicos e legais, exigindo treinamento e capacitação contínuos, conforme previsto na Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) e no Decreto nº 9.847/2019;

CONSIDERANDO as informações no sentido de que a Guarda Municipal de Senador Alexandre Costa pode não estar plenamente equipada e capacitada, em prejuízo à eficiência do serviço de segurança pública e à segurança dos próprios agentes e da população;

CONSIDERANDO, finalmente, que a Recomendação Ministerial é instrumento de advertência, que serve para fixar o elemento subjetivo do destinatário e evitar, se possível, o acionamento do Poder Judiciário, para fins de cumprimento da lei, no que pertine ao dever da administração pública de zelar pelo interesse público;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por seu Promotor de Justiça signatário, **RESOLVE RECOMENDAR** ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Senador Alexandre Costa, que adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, as seguintes providências:

1. **PROMOVA** a capacitação e o treinamento de todo o efetivo da Guarda Municipal de Senador Alexandre Costa, assegurando que os agentes estejam plenamente habilitados para o exercício de suas funções, em estrita conformidade com o Artigo 14 da Lei Municipal nº 199/2023 e as diretrizes do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

2. **GARANTA** o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs), uniformes, viaturas e demais materiais essenciais para que os Guardas Municipais possam exercer suas funções com segurança e eficiência, como estabelecido no Artigo 2º da Lei Municipal nº 199/2023;

3. **INSTITUA** e **MANTENHA** um programa de capacitação e aperfeiçoamento profissional contínuo, com a realização de cursos anuais de no mínimo 80 (oitenta) horas-aula, como previsto no Artigo 14, inciso III, da Lei Municipal nº 199/2023, visando à renovação do porte de arma institucional;

4. **REGULARIZE** o uso de armas de fogo por parte dos Guardas Municipais, garantindo que o porte institucional seja concedido apenas após a conclusão de todas as etapas de capacitação técnica e psicológica, conforme as exigências do Estatuto do Desarmamento e demais normas aplicáveis;

5. **CELEBRE**, quando couber, convênios com os demais órgãos de segurança pública, nos termos do Artigo 2º, §1º, da Lei Municipal nº 199/2023, visando ao aparelhamento da Guarda Municipal, com a devida observância das exigências legais e das regulamentações aplicáveis.

**ADVERTE-SE** que o descumprimento injustificado da presente Recomendação poderá ensejar a adoção das medidas judiciais cabíveis, incluindo a propositura de Ação Civil Pública e outras providências legais pertinentes.

Publique-se a presente Recomendação no Diário Oficial do Ministério Público e no átrio desta Promotoria de Justiça, dando ampla divulgação do seu teor à sociedade.

**CUMPRA-SE.**

Governador Eugênio Barros, 21 de agosto de 2025.

Xilon de Souza Júnior  
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Documento assinado eletronicamente por XILON DE SOUZA JÚNIOR, Promotor de Justiça, em 21/08/2025, às 16:32, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

GRAJAU

**Portaria nº 10002/2025 - 2ªPJGRA**  
SIMP 001091-282/2024